





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

Trata-se de peça impugnatória impetrada por empresa S. P. JORNALISMO E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ 09.033.090/0001-91, interessada em participar do certame, doravante denominada IMPUGNANTE, que apresentou em 08 de dezembro de 2025, por meio do realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@camaramongagua.sp.gov.br, respectivamente, ao instrumento convocatório acima identificado.

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de Licitação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE

Assim argumenta a impugnante, conforme síntese abaixo:

A) *Uso do termo “usado nativo”*

Alega que a expressão “*usado nativo*” constante da descrição técnica do objeto seria imprecisa, desnecessária e potencialmente restritiva, por não representar requisito essencial à caracterização do objeto. Defende sua retirada, sob o fundamento de que o termo não teria relação direta com o desempenho esperado, podendo limitar a participação de fornecedores que ofereçam soluções tecnicamente equivalentes.

B) *Integração sistêmica e compatibilidade com sistemas existentes*

Sustenta que as exigências de integração com o Sistema de Gerenciamento de Plenário (SGVP), com o Siscam e com outros sistemas preexistentes poderiam configurar exigência excessivamente específica, resultando em limitação de participação. Segundo a impugnante, tais requisitos deveriam ser descritos de forma mais genérica ou funcional, permitindo outras formas de integração e evitando direcionamento indireto.





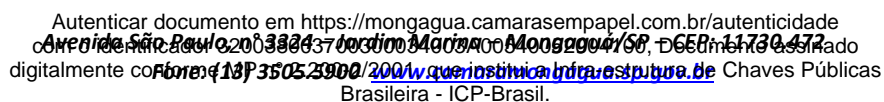
Aduz que a previsão de interoperabilidade direta com os sistemas sonoro e visual do plenário seria demasiadamente detalhada e deveria ser flexibilizada, de modo a garantir maior amplitude competitiva. Defende que a Administração poderia aceitar soluções alternativas que não dependam de integração total ou que possam operar de forma independente.

Questiona a menção a funcionalidades específicas presentes em softwares amplamente conhecidos, como o “Noise Gate”, alegando que tal referência poderia sugerir direcionamento. Sustenta que o edital deve adotar descrição funcional do resultado esperado, sem citar tecnologias utilizadas como exemplo.

Em sede preliminar, o edital objeto da impugnação, foi analisado e aprovado, demonstrando assim, zelo pelo cumprimento da legislação pertinente, sendo o procedimento elaborado em observância da legislação vigente.

Como é de amplo conhecimento, a vinculação ao princípio da legalidade contido no caput do art. 37 da CRFB/88 é um dos pilares que regem toda a atividade pública administrativa.

Igualmente, vale destacar que a Impugnação de um edital de licitação só ocorre quando o **Princípio da Igualdade** é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

licitante e ***demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de Licitação***. Ainda, o edital que não cumprir com a Legislação pertinente a sua modalidade, estará viciado e apto a receber um pedido de impugnação com o único propósito de ser corrigido.

Neste sentido é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses. As impugnações são ferramentas que devem ser interpostas com a finalidade de corrigir possíveis erros ou omissões, que possam corromper a legalidade e a isonomia do certame. O alinhamento do descritivo técnico e das condições de fornecimento do objeto em coerência com as especificações técnicas e disponíveis no mercado, devem também primar pela plena execução do objeto proveniente do processo de licitação em questão.

É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins. Pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo que essa busca pautou as especificações e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência do certame em questão.

O Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, responde à presente impugnação, conforme preconiza a documentação apresentada no planejamento do procedimento licitatório. Cumpre salientar que a estrutura atual do edital permite a ampla participação de empresas especializadas, garantindo a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a Administração Pública.

A impugnação aponta suposta imprecisão ou inadequação técnica nos termos utilizados e nas escolhas técnicas adotadas. Contudo, conforme documentação constante dos autos e do edital, tais decisões foram criteriosamente fundamentadas, demonstrando tratar-se da melhor solução disponível no mercado atual, plenamente compatível com as necessidades operacionais e funcionais do objeto licitado.





- Sobreposição automática de informações (pauta, ordem do dia, presença, votações (etc.))
- Acionamento automático de câmeras conforme uso dos microfones
- Alternância automática entre câmeras e fontes de vídeo

Ou seja, trata-se de exigência decorrente da necessidade administrativa, não de preferência genérica ou direcionada.

Da legalidade da manutenção das exigências de integração entre sistemas

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 trata dos princípios que regem a licitação e contratação pública, estabelecendo critérios que devem nortear a Administração Pública em todos os procedimentos de contratação.

A doutrina especializada em contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é categórica ao afirmar que a interoperabilidade entre sistemas constitui requisito legítimo e necessário para a execução do objeto contratado. A Lei nº 14.129/2021, que





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

dispõe sobre o Governo Digital e a eficiência pública, estabelece princípios e regras para a interoperabilidade dos sistemas e serviços públicos. Isso torna o requisito não apenas legítimo, mas uma obrigação legal em contratos com a administração pública.

Portanto, a exigência de compatibilidade e integração plena entre o sistema a ser contratado e os sistemas já existentes na Câmara não deve ser interpretada como restritiva ou direcionadora. Trata-se, ao contrário, de requisito técnico essencial à eficiência, segurança e continuidade operacional, assegurando que o objeto da licitação atenda plenamente às necessidades institucionais do plenário.

A Lei 14.133/2021 autoriza exigências tecnicamente indispensáveis; veda exigências que restrinjam a competição sem justificativa, mas permite plenamente exigências necessárias ao objeto.

Assim, as exigências devem restringir-se às indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações.

É exatamente o caso: sem integração direta ao SGVP, o objeto não se cumpre.

A Administração não pode contratar solução que não funcione, nem assumir risco de incompatibilidades, falhas em sessão plenária, descontinuidade técnica, necessidade de desenvolvimento adicional não previsto.

Assim, não há direcionamento, porque NÃO se exige marca, fabricante ou fornecedor.

O edital não exige software proprietário específico, não exige fornecedor atual da Câmara, não exige marca, não exige produto pré-existente, tampouco exige que a integração seja pré-fabricada.

O TR exige apenas: "Integração nativa com o SGVP."





Assim, não há exclusividade nem restrição técnica injustificada.

Ou seja, a Administração não está impondo marca; está preservando a arquitetura do plenário e a continuidade de um circuito já automatizado.





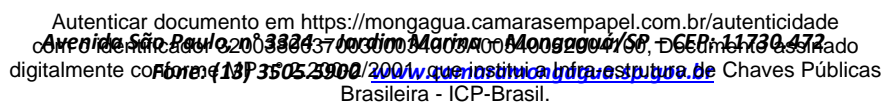




Desta forma, em atendimento à legislação pertinente, submeto à apreciação da autoridade superior a presente manifestação, sobretudo, por entender que a presente decisão tem embasamento técnico opinativo dos encartados nos autos, e, portanto, não vinculante ao gestor público, o qual pode de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa a aqui exposta.

Mongaguá, 12 de dezembro de 2025.

PREGOEIRO





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

DECISÃO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ, inscrita no CNPJ nº 68.017.425/0001-47, por intermédio de seu Presidente, e no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 225/25, referente a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO E OPERAÇÃO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE OPERADOR RESPONSÁVEL PELO MANUSEIO E CONDUÇÃO DOS REFERIDOS EQUIPAMENTOS DURANTE AS SESSÕES**, que diante da manifestação do Pregoeiro, encartada nos autos, que, RATIFICO sua decisão, em NEGAR PROVIMENTO ao pedido de impugnação impetrado pela empresa S.P. JORNALISMO E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ 09.033.090/0001-91, mantendo-se as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Dê-se ciência aos interessados.

Mongaguá, 09 de dezembro de 2025.

LUIZ BERBIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE



Autenticar documento em <https://mongagua.camarasempapel.com.br/autenticidade>
CNPJ 68.017.425/0001-47 - Ordem Municipal nº 06/2025 - Mongaguá/SP - CEP: 11730-472
digitalmente com o código 117350529001 e o link www.mongagua.sp.gov.br - Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

